



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 445 /2011

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

62ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 25/08/2011

PROCESSO Nº: 1/4481/2010

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/201020472

AUTUANTE: JOSÉ REGINALDO SOUSA ALVES MATRICULA Nº: 10748917

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATOR: JOSÉ SIDNEY VALENTE LIMA

EMENTA: MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTO FISCAL PRÓPRIO. A imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a" da Atual Carta Magna diz respeito apenas ao serviço postal "*stricto sensu*" realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, não se estendendo ao serviço de transporte de mercadorias por ela realizado. Autuação PROCEDENTE com base no art. 16, inciso II, alínea "c" da Lei nº 12.670/96, combinado com o art. 140 do Dec. 24.569/97, com penalidade prevista no art. 123, inc. III "a" da referida Lei. Recurso voluntário conhecido e não provido. Rejeitada a preliminar de nulidade suscitada no processo. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Consta da inicial do presente processo a seguinte acusação fiscal: " Transportar mercadoria sem documento fiscal. Após fiscalização a postagem SW278547656BR constatamos que havia vinte (20) travesseiros FOM sem a devida documentação fiscal, motivo pelo qual lavramos o presente auto de infração de acordo com o parecer da PGE 34/99 e norma de execução da SEFAZ 07/99 BR".

Foi dado como infringido o artigo 140 do Dec. 24.569/97, sendo aplicada à penalidade inserida no art. 123, III "a", da Lei 12.670/96.

O lançamento fiscal é instruído com os seguintes documentos: Pesquisa de preço, Certificado de Guarda de Mercadorias -CGM 6813/2010 e Protocolo de entrega de documentos.

Tempestivamente, a empresa autuada apresentou defesa.

Na instância de primeiro grau o nobre julgador decidiu pela procedência do auto de infração, por entender que o ilícito fiscal denunciado estava devidamente caracterizado nos autos, cabendo ao ECT, na qualidade de responsável tributário, consoante Parecer nº 34/99 expedido pela Procuradoria Geral do Estado, a responsabilidade pelo crédito tributário devido.

A empresa autuada recorre da decisão singular, alegando em favor os seguintes argumentos:

- 1) Que não atua no campo de prestação de serviço, pura e simplesmente, como qualquer pessoa jurídica de direito privado, mas sim a execução de serviço postal (serviço público), inerente à própria União, sendo o recebimento, expedição, transporte e entrega dos produtos uma das espécies do serviço postal, não devendo, portanto, ser confundido com o serviço de transporte que se encontra no campo de incidência do ICMS.
- 2) Que o transporte de encomendas pela ECT não representa um serviço de transporte propriamente dito, pois esta não é a sua atividade fim. Neste sentido, não pode ser considerada transportadora e nem de transporte são os serviços que presta, constituindo a movimentação diuturna da carga postal exclusivamente o meio pelo do qual seus fins não alcançados, no caso, a entrega de objetos de correspondência a seus destinatários;
- 3) Que o lançamento fiscal em tela constitui lamentável engano e sério erro de direito, na medida em que o serviço público postal não comporta tributação de imposto e sequer se constitui o transporte efetuado para a consecução desse serviço, fato econômico de relevância jurídica para a incidência daquele tributo;

A Consultoria Tributária emitiu parecer, através do qual opina pela manutenção da decisão singular, sento tal entendimento acatado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

É o relatório

VOTO DO RELATOR

A exigência fiscal em discussão se deu em razão do transporte de mercadorias sem a cobertura da documentação fiscal pertinente, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Em suas razões de recurso, a empresa autuada defende a improcedência do lançamento fiscal, sob o argumento de que o serviço de transporte que realiza está inserido no conceito de serviço postal constante no art. 7º, § 3º da Lei nº 6.538/78, não estando, pois, dentro do campo de incidência do ICMS, por se tratar de um serviço público próprio que goza da imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a" da atual Carta Magna.

Ora, a imunidade tributária que alega a empresa autuada está relacionada com a atividade *stricto sensu* por ela realizada, isto é, com o serviço postal de transporte de objetos de correspondência, valores e encomendas. Na medida em que a empresa autuada foge das atribuições que lhe são próprias e pratica uma atividade diversa daquela para qual foi criada, não se pode mais falar em imunidade tributária, já que não se trata mais de serviço público, mas de serviço similar àquele praticado por empresa de transportes de cargas, sujeito, portanto, ao mesmo tratamento tributário.

E não poderia ser diferente, pois neste caso se estaria beneficiando determinada empresa que, acobertada pelo manto da imunidade tributária, levaria vantagem em relação as demais empresas de transportes que exercem a mesma atividade e suportam toda a carga tributária imposta pelos entes tributantes, colando-a em uma situação privilegiada em relação as demais empresas que prestam o mesmo serviço.

Na espécie, as mercadorias relacionadas no Certificado de Guarda de Mercadorias de fls. 4 foram encontradas nas dependências da ECT totalmente desacobertadas na documentação fiscal própria, cabendo ao transportador, nesta hipótese, consoante art.16, inciso II, alínea "c" da Lei nº 12.670/96, a responsabilidade pelo pagamento do imposto incidente na operação.

Importante ressaltar que no caso em questão a Empresa de Correios e Telégrafos - ECT não foi autuada na condição de contribuinte do ICMS, mas de responsável tributário, já que na qualidade de transportador não poderia aceitar despacho ou transportar mercadorias que não estivessem acobertadas pela documentação fiscal pertinente, conforme determinação contida no art. 140 do Dec. nº 24.569/97.

A propósito disto, a Douta Procuradoria Geral do Estado, respondendo a consulta formulada pelo Senhor Secretário da Fazenda acerca da matéria posta em discussão, manifestou, através do Parecer nº 34/97, o entendimento de que "qualquer serviço realizado pelos correios, estando inserido no campo de incidência do ICMS, fica sujeito à incidência do imposto estadual. À qualidade de *longa manus* da empresa pública não se lhe estende a imunidade recíproca indicada no art. 150, VI, "a" e §§ 2º e 3º da Constituição Federal, ressalvado o serviço postal *stricto sensu*. O serviço

de transporte de mercadorias ou bens é situação necessária e suficiente para validar a ação fiscal sobre essas prestações. Tanto a condição de contribuinte quanto a qualidade de responsável tributário decorre de lei e da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação”.

Assim, considerando que o ilícito tributário denunciado ficou caracterizado nos autos e que o transportador das mercadorias é o responsável pelo imposto devido neste caso, correto lançamento fiscal formulado contra a empresa atuada, exigindo-lhe o imposto devido na operação e a multa prevista no art. 123, inciso III, alínea “a” da Lei nº 12.670/96.

Isto posto, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, para que seja afastada a nulidade argüida pela recorrente e, no mérito, pela confirmação da decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, de acordo com parecer da Consultoria Tributária, adotado integralmente pela Douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO:

BASE DE CÁLCULO....R\$ 2.780,00

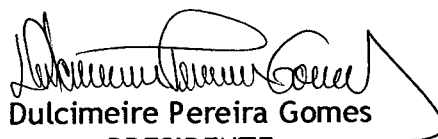
ICMS :.....R\$ 472,60
MULTA:.....R\$ 834,00
TOTAL :... ..R\$ 1.306,60

DECISÃO:

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA,

Resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para após afastar a preliminar de nulidade arguida pela recorrente, confirmar a decisão CONDENATÓRIA proferida pela 1ª instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pela douta Procuradoria Geral do Estado.

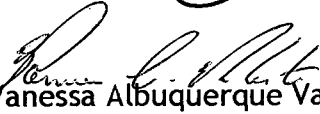
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 04 de 10 de 2.011.

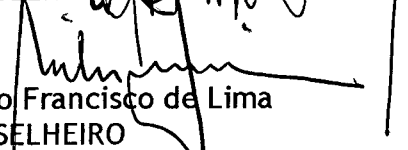

Dulcimeire Pereira Gomes
PRESIDENTE


José Sidney Valente Lima
CONSELHEIRO RELATOR


Cícero Roger Macedo Gonçalves
CONSELHEIRO


Alfredo Rogério Gomes de Brito
CONSELHEIRO

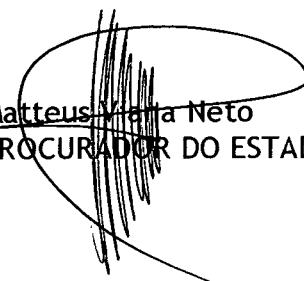

Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA


Abílio Francisco de Lima
CONSELHEIRO


Jannine Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRA


José Romulo da Silva
CONSELHEIRO


Anne Lúe Magalhães Torres
CONSELHEIRA


Matheus Vieira Neto
PROCURADOR DO ESTADO